

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	23
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	25
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	26

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	74
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>74</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	25/02/2016	Ordinária		3,00000
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	05/05/2016	Ordinária		8,87000
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	31/05/2017	Ordinária		4,00000

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	19.989	26.283	0
1.01	Ativo Circulante	2.239	3.149	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.239	3.036	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	113	0
1.01.08.03	Outros	0	113	0
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros s/Capital Próprio a Receber	0	113	0
1.02	Ativo Não Circulante	17.750	23.134	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.750	23.134	0
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.222	22.636	0
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	17.222	22.636	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	528	498	0
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	528	498	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	19.989	26.283	0
2.01	Passivo Circulante	661	499	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	304	166	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	304	166	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	162	119	0
2.01.03.01.02	Outras obrigações Fiscais Federais	142	47	0
2.01.05	Outras Obrigações	357	333	0
2.01.05.02	Outros	357	333	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	348	189	0
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	9	144	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.603	6.694	0
2.02.02	Outras Obrigações	0	1.458	0
2.02.02.02	Outros	0	1.458	0
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	1.458	0
2.02.03	Tributos Diferidos	3.603	5.236	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.603	5.236	0
2.03	Patrimônio Líquido	15.725	19.090	0
2.03.01	Capital Social Realizado	3.000	3.000	0
2.03.04	Reservas de Lucros	2.111	1.698	0
2.03.04.01	Reserva Legal	259	186	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	405	305	0
2.03.04.10	Reserva para Aumento de Capital	1.447	1.207	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	10.614	14.392	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.366	210	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-167	-244	0
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-167	-244	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.533	454	0
3.04.04.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	587	454	0
3.04.04.02	Outras receitas	946	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.366	210	0
3.06	Resultado Financeiro	260	254	0
3.06.01	Receitas Financeiras	266	260	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-6	-6	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.626	464	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-165	43	0
3.08.01	Corrente	-162	-119	0
3.08.02	Diferido	-3	162	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.461	507	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.461	507	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	19,74324	6,85135	0,00000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	1.461	507	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.778	6.298	0
4.02.01	Variação do Valor Justo dos Investimentos Disponíveis para Venda	-5.414	9.010	0
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.636	-2.712	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.317	6.805	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.394	2.800	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.424	7	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.461	507	0
6.01.01.02	Atualização Monetária s/ Depósito Judicial e Outros	-40	-225	0
6.01.01.03	Despesas com Imposto de Renda e Contr.Social Diferidos	3	-162	0
6.01.01.04	Receita de Juros Sobre Capital Próprio	0	-113	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-30	2.793	0
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Impostos a Compensar	10	-25	0
6.01.02.02	Redução em Outros Passivos Circulantes	73	276	0
6.01.02.03	Resgate de Depósito Judicial	0	2.555	0
6.01.02.04	Pagamento de Outros e Impostos e Contribuições	-13	-13	0
6.01.02.05	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-100	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	113	0	0
6.02.01	Juros sobre Capital Próprio Recebido de Participação a Valor de Mercado	113	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.304	-61	0
6.03.01	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-846	-61	0
6.03.02	Devolução de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-1.458	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-797	2.739	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.036	297	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.239	3.036	0

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.000	0	1.698	0	14.392	19.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.000	0	1.698	0	14.392	19.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-656	-392	0	-1.048
5.04.06	Dividendos	0	0	-656	-96	0	-752
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-296	0	-296
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.461	-3.778	-2.317
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.461	0	1.461
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.778	-3.778
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.414	-5.414
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.636	1.636
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.069	-1.069	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	73	-73	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva para Aumento de Capital	0	0	896	-896	0	0
5.06.06	Constituição de Reserva Estatutária Especial	0	0	100	-100	0	0
5.07	Saldos Finais	3.000	0	2.111	0	10.614	15.725

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.000	0	1.413	0	8.094	12.507
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.000	0	1.413	0	8.094	12.507
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-222	0	-222
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-222	0	-222
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	507	6.298	6.805
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	507	0	507
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.298	6.298
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	9.010	9.010
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.712	-2.712
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	285	-285	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	26	-26	0	0
5.06.05	Reserva para Aumento de Capital	0	0	233	-233	0	0
5.06.06	Reserva Estatutária Especial	0	0	26	-26	0	0
5.07	Saldos Finais	3.000	0	1.698	0	14.392	19.090

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
7.01	Receitas	1.043	0	0
7.01.02	Outras Receitas	1.043	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-167	-244	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-167	-244	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	876	-244	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	876	-244	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	866	728	0
7.06.02	Receitas Financeiras	279	274	0
7.06.03	Outros	587	454	0
7.06.03.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	587	454	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.742	484	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.742	484	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	275	-29	0
7.08.02.01	Federais	275	-29	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6	6	0
7.08.03.03	Outras	6	6	0
7.08.03.03.01	Outras Despesas Financeiras	6	6	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.461	507	0
7.08.04.02	Dividendos	392	222	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.069	285	0

## **Relatório da Administração**

### **Relatório da Administração da Polpar S.A.**

Aos Senhores

Administradores e Acionistas,

#### **Resultados**

No exercício de 2016 a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 1.461 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 507 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano Papel e Celulose S.A. e na Suzano Holding S.A., no valor de R\$ 587 mil, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 260 mil, e outras receitas operacionais líquidas, no valor de R\$ 946, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 167 mil.

#### **Auditoria e controles internos**

As avaliações dos auditores externos sobre resultados, práticas contábeis e controles internos são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Desde 2012, os serviços de auditoria independente estão sendo prestados pela KPMG Auditores Independentes.

Atendendo a Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2016, que não seja de auditoria externa.

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na BM&F Bovespa S.A. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP.

### 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

#### 2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais apresentadas, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros que são mensurados ao seu valor justo.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2017.

#### 2.2 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, individual e consolidado, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares.

#### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 3 Descrição das principais práticas contábeis

#### 3.1 Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

#### 3.2 Ativos e passivos financeiros

##### a) Visão geral:

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não adota o hedge accounting previsto nos CPC's nº 38,39 e 40.

##### b) Ativos financeiros:

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.
- ii) Ativos financeiros disponíveis para venda: os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas resultantes de ativo financeiro disponível para venda devem ser reconhecidos como outros resultados abrangentes.

A Companhia não mantém ativos financeiros que seriam classificados na categoria de Empréstimos (concedidos) e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### c) Passivos Financeiros:

São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- i) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
- ii) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

### 3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

### 3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.5 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 3.6 Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

A Administração está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção da norma IFRS 9 Instrumentos financeiros:

A referida norma substitui as orientações existentes na IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e, inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requerimentos sobre a contabilização de *hedge*. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, não identificou mudanças com impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Os IFRS's 15 e 16 não irão gerar impacto relevante na Companhia, decorrente da aplicação dessas normas em suas demonstrações financeiras.

## 4 Instrumentos financeiros e riscos

### 4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

#### a) Visão geral

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de capital, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

#### b) Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, não diferem significativamente, do seu valor justo.

As ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A. são classificados como ativos financeiros mantidos para venda e são avaliados pelo seu valor justo. No período não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos.

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos que requeiram divulgações em conformidade com o CPC 38, 39 e 40.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos ativos financeiros mantidos para venda é obtido através de preço de mercado cotado em mercados ativos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.239	2.239	3.036	3.036
Ativos financeiros mantidos para venda	17.222	17.222	22.636	22.636

### 4.2 Risco de liquidez

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

### 4.3 Riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercados, sendo o principal deles a desvalorização de seus investimentos.

### 4.4 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros calculados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços).

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	<b>Valor justo em 31/12/2016</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Ativos</b>			
Aplicações Financeiras	2.239	-	2.239
Ativos financeiros mantidos para venda	17.222	17.222	-
<hr/>			
	<b>Valor justo em 31/12/2015</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Ativos</b>			
Aplicações Financeiras	3.036	-	3.036
Ativos financeiros mantidos para venda	22.636	22.636	-

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Aplicações financeiras	<u>2.239</u>	<u>3.036</u>

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras em certificados de depósito bancário (“CDB”) com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2016, estas aplicações eram remuneradas a taxa média de 86,73% (99,56%, em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

## 6 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía juros sobre capital próprio a pagar, líquido do imposto de renda na fonte, e dividendos propostos a pagar nos montantes de R\$ 252 e R\$ 96, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía juros sobre capital próprio a receber, líquido do imposto de renda na fonte, no montante de R\$113 da Suzano Holding S.A.

A Companhia possuía adiantamento para futuro aumento de capital recebido dos acionistas controladores, registrado no passivo não circulante no montante de R\$1.458 em 31 de dezembro de 2015. Em 05 de maio de 2016 a Companhia devolveu o valor integral do adiantamento para os seus acionistas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Dividendos recebidos, registrados no resultado:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dividendos recebidos da Suzano Holding S.A.	183	157
JSCP creditados pela Suzano Holding S.A.	-	133
Dividendos recebidos da Suzano Papel e Celulose S.A.	<u>404</u>	<u>164</u>
	<u>587</u>	<u>454</u>

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios de 2016 e 2015, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

## 7 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

### a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.626	464
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(553)	(158)
Compensação de prejuízos fiscais limitado a 30% do lucro fiscal	80	-
Juros sobre capital próprio a pagar	101	75
Dividendos recebidos	200	109
Outros	<u>7</u>	<u>17</u>
	<u>(165)</u>	<u>43</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(162)	(119)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(3)</u>	<u>162</u>
	<u>(165)</u>	<u>43</u>
Alíquota efetiva	10,15%	-9,27%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial referente ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados nas demonstrações do resultado abrangente.

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	846	905
Créditos sobre diferenças temporárias	1	3
	<u>847</u>	<u>908</u>
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	384	530
Créditos sobre diferenças temporárias	-	1
	<u>384</u>	<u>531</u>
<b>Total ativo</b>	<u><b>1.231</b></u>	<u><b>1.439</b></u>
Imposto de renda		
Atualização dos ativos financeiros mantidos para venda	<u>3.554</u>	4.908
Contribuição social		
Atualização dos ativos financeiros mantidos para venda	<u>1.280</u>	<u>1.767</u>
<b>Total passivo</b>	<u><b>4.834</b></u>	<u><b>6.675</b></u>
<b>Total líquido passivo não circulante</b>	<u><b>3.603</b></u>	<u><b>5.236</b></u>

### c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$ 3.386 e R\$ 6.527, respectivamente, (R\$ 3.620 e R\$ 6.762 em 2015).

## 8 Títulos e valores mobiliários

Os ativos financeiros mantidos para venda encontram-se substancialmente representados por ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data do balanço em 31 de dezembro de 2016.

Os eventuais ganhos e perdas são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	<u>Quant. Ações PN</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Suzano Papel e Celulose S.A	643.450	9.137	12.026
Suzano Holding S.A	267.787	8.085	10.610
		<u>17.222</u>	<u>22.636</u>

## 9 Contingências

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, com referência aos tributos federais, estaduais, municipais e contribuições trabalhistas.

### **Tributação de ganho de capital na alienação de investimento – Auto de Infração.**

Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobrás. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 3.880. Após discussão em âmbito administrativo, o auto foi integralmente cancelado por decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Dada a existência de depósitos judiciais vinculados à discussão administrativa acima resumida, os quais somavam R\$ 2.555 em dezembro de 2015, a Companhia requereu o levantamento da quantia em juízo, o que teve aquiescência da Procuradoria da Fazenda Nacional e foi deferido pela Justiça igualmente em dezembro de 2015. Com a liberação dos recursos, a discussão sobre a matéria está definitivamente encerrada.

## 10 Patrimônio líquido

### ***Capital Social***

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia era de R\$ 3.000, composto de 74.000 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### **Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros mantidos para venda, avaliados pelo seu valor justo, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

O declínio significativo ou prolongado no valor justo de investimento no instrumento patrimonial abaixo do seu custo será considerado uma perda no valor recuperável, e consequentemente, reclassificado de outros resultados abrangentes para o resultado do exercício.

### **Dividendos e juros sobre o capital próprio**

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, está demonstrado abaixo:

Dividendos	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	1.461	507
Reserva legal	<u>(73)</u>	<u>(26)</u>
	<u>1.388</u>	<u>481</u>
Dividendo mínimo obrigatório proposto - 25%	348	120
Dividendos propostos	96	-
Juros sobre capital próprio líquido do imposto de renda na fonte	252	189

A Reunião do Conselho da Administração de 23 de dezembro de 2016 deliberou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 296, com base no resultado do exercício, sendo R\$ 4,00 o valor por ação ordinária, ex-direito a partir de 29 de dezembro de 2016, e pagamento a ser realizado até 31 de maio de 2017.

## 11 Lucro por ação

### **a) Básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.461	507
Quantidade média das ações ponderadas no exercício	<u>74.000</u>	<u>74.000</u>
Lucro líquido básico por ação	<u>19,74324</u>	<u>6,85135</u>

-

## Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

### 12 Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(6)	(5)
Outras despesas financeiras	-	(1)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	40	225
Rendimentos das aplicações financeiras	239	49
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	<u>(13)</u>	<u>(14)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>260</u></u>	<u><u>254</u></u>

### 13 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Anúncios e publicações	51	46
Despesas de Companhia Aberta na CVM	50	49
Perda por prescrição de crédito fiscal	46	-
Auditoria	20	18
Honorários advocatícios	-	128
Outras despesas	-	3
	<u><u>167</u></u>	<u><u>244</u></u>

### 14 Outras receitas operacionais

A Companhia efetuou o resgate de precatório federal, referente ao processo número 96.00414866 contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no montante de R\$1.042, e sobre essa receita incidiram PIS e COFINS no montante de R\$96.

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos conselheiros, diretores e acionistas da

Polpar S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Polpar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Polpar S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Leslie Nares

Contadora CRC 1SP215906/O-9

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 10º andar (parte), Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 08 de março de 2017.

DAVID FEFFER

Diretor Presidente

ORLANDO DE SOUZA DIAS

Diretor e Diretor de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 10º andar (parte), Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 08 de março de 2017.

DAVID FEFFER

Diretor Presidente

ORLANDO DE SOUZA DIAS

Diretor e Diretor de Relações com Investidores